



PARECER DO CONTROLE INTERNO

Processo Administrativo nº 2022/3048 - PMC

Dispensa de Licitação nº 004/2022 – CPL/PMC

Trata dos autos da contratação direta, mediante Dispensa de Licitação, objetivando a locação de um imóvel para funcionar o Centro de referência da Assistência Social (CRAS), no interesse da administração pública, com fulcro no artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93.

O referido artigo permite a dispensa de licitação, uma vez que o imóvel a ser locado, atende a finalidade pública a qual irá funcionar o Centro de referência da Assistência Social (CRAS). Após análise da documentação do imóvel foi observado, documentos que comprovam a propriedade do imóvel, certidão de quitação do IPTU exercício 2021, documentos pessoais do atual proprietário do imóvel, laudo de execução do imóvel feito pelo corretor de imóvel e avaliação prévia do imóvel realizado por engenheiro da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

O parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral do Município dispõe pela possibilidade de dispensa de licitação com base no inciso X, do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, no qual entende pela legalidade da contratação direta, em razão do bem imóvel locado para atender as necessidades da Administração Pública, devendo estar presentes todos os requisitos legais autorizativos, bem como os termos contratuais devem estar de acordo com a referida lei.

É o relatório.

DO CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 74, a Lei complementar nº 101/2000, e a Lei Municipal nº 041/2005, estabelece as finalidades do Controle Interno, atribuindo a este, dentre outras competências, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativos, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativos a atividades administrativas do Poder Executivo com vista a **verificar a legalidade e legitimidade de atos de gestão dos responsáveis** pela execução orçamentária financeira e patrimonial e avaliar os resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia. Tendo em vista que a contratação *sub examine*, implica a realização de despesa, resta demonstrada a competência do controle interno para análise e manifestação.



DO PROCESSO DE DISPENSA Nº 004/2022

Na hipótese do valor da contratação, o artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93, estabelece o limite permitido, pela qual vejamos:

“X – para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionarem a sua escolha, desde que o preço seja compatível, com o valor do mercado, segundo avaliação prévia.”

Foi observado também, a existência prévia de recursos orçamentários, com requisito necessário à instauração da licitação, ressaltando com clareza solar da Lei Federal nº 8.666/93, a existência da dotação orçamentária é condição *sine qua non* para instalação de procedimento licitatório, tanto para obras e serviços, quanto para compra de bens.

Encaminhe-se os autos para a Prefeitura Municipal para prosseguimento do feito.

É o parecer.

Colares/PA, 24 de fevereiro de 2022.

WILZA MENDES DA SILVA
Coordenadora Geral do Controle Interno – PMC
DEC. 001/2021